



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2023
(Processo nº 00200.000614/2022-59)

Às nove horas do dia quatorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio para apreciar recurso da licitante **LUMICOM COMERCIAL EIRELI** contra decisão da Pregoeira, que desclassificou sua proposta no **Pregão Eletrônico nº 098/2023**. Em síntese, a Recorrente apresentou suas razões de recurso alegando que “(...) o produto ofertado pela empresa LUMICOM, como exposto pela própria decisão da SECOM, está de acordo com as especificações técnicas, ou seja, hábil para julgamento, estando ainda ofertando melhor preço e um **produto de qualificações técnicas superiores ao solicitado**. Como dito em sede de esclarecimentos anteriores, é prática comum das fabricantes deste meio, produzirem sob encomenda, para atender as especificidades de cada situação. Apesar disto, fomos surpreendidos pela fabricante ao questiona-los acerca do sistema de comutação, onde estes não produzem mais este modelo de sistema. Levando em consideração a reputação ilibada da empresa, e os serviços prestados ao Senado no fatídico período de pandemia da COVID-19, a Recorrente **traz a apresentação de outra marca que oferta o Sistema de comutação manual**. A LUMICOM garante a manutenção das mesmas condições ofertadas em proposta comercial, visando manter as mesmas condições e não alterando a substancia da proposta. (...) levando em consideração a apresentação de um produto de qualidade superior, que atende as características técnicas solicitadas, e se mantém conforme o ofertado na proposta comercial, deve ser apreciada a análise do caso e o interesse público envolvido. Em casos específicos, levando em consideração a análise concreta do caso, não pode, o princípio da vinculação ao edital, afastar os princípios da economicidade e da eficiência, sendo assim, a norma editalícia pode ser relativizada, desde que não venha a ferir o princípio da isonomia do certame e nem prejudique o poder público, o que não se verifica nesse caso. A Recorrente apresentou seu melhor preço para o equipamento com uma potência superior ao mínimo exigido, e mantém ao apresentar nova marca e novo catalogo. **O equipamento ofertado não traz alteração na essência do produto** e não existe falta de harmonia da proposta com o edital, especialmente considerando o modelo padrão indicado no Termo de Referência. (...) Diante do Exposto, Requer: (...) 2. A análise do catalogo em anexo, nos termos do edital”, **grifou-se**. Em sede de contrarrazões, a Recorrida, empresa AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS – LTDA, apresentou contra argumentação: “(...) Observamos no edital a solicitação de uma Chave Coaxial que seja MANUAL E DE ALAVANCA, indicando possivelmente a necessidade de agilidade na troca do Transmissor Principal para o Transmissor Reserva. Isso visa garantir que a Rádio Senado fique fora do ar pelo menor tempo possível durante a substituição de equipamentos. O Transmissor especificado no edital possui uma potência de 36 kilowatts. Portanto, a potência da chave oferecida deve ser no mínimo de 36 kilowatts, pois, caso contrário, a chave se queimaria, uma vez que não seria capaz de suportar a potência do Transmissor, que é de 36.000 watts. Vejamos agora qual Chave a Recorrente LUMICOM ofertou no item 07 - Chave Coaxial no Edital: Está



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2023
(Processo nº 00200.000614/2022-59)

evidente na Proposta que a Chave apresentada é a Chave Coaxial da Marca MECTRONICA modelo: MT-AL 3.1/8. Vejamos agora as características desta chave - Lâmina que a LUMICOM juntou no processo: Então vemos que na descrição Técnica da Proposta a empresa LUMICOM escreveu que ofertaria uma chave de potência de entrada admissível de 36Kw como abaixo: Porem a que ele ofertou de fato foi a MT - AL 3.1/8 da empresa MECTRONICA que suporta no Máximo 10 Kwatts. Ou seja: Como o Transmissor é de 36Kwatts se essa chave fosse usada ela simplesmente iria PEGAR FOGO ao ligar o Transmissor nela, com um tremendo risco de todo o local pegar fogo junto! Assim, a Licitante LUMICOM afirmou na proposta que forneceria uma chave com uma Potência de Entrada Admissível de 36 kW. No entanto, a chave que ela efetivamente ofereceu tinha uma potência de apenas 10 kW, o que representa uma capacidade três vezes inferior àquela realmente necessária, que é de 36 kW. Observa-se que a alteração da chave foi aceita pelo pregoeiro, o que contraria a legislação de licitações, proibindo a inclusão de novo documento, conforme estabelecido no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e no Acórdão do TCU 1211/21, que proíbe a modificação da substância das propostas. Além disso, em relação à outra chave oferecida pela Recorrente LUMICOM, evidencia-se que não se trata de uma chave manual tipo alavanca, como solicitado no edital, mas sim de uma chave tipo PATCH, substancialmente diferente. Esta última exige desaperto de duas abraçadeiras para ser substituída, envolvendo a retirada e reposicionamento da chave para outro ponto. Tal procedimento resultaria em um período fora do ar para a Rádio Senado significativamente mais longo do que o exigido para uma chave de alavanca, justificando assim a especificação da chave de alavanca no edital. Desta forma, o pregoeiro, tardiamente, desclassificou a recorrente, pois, no início, ela escreveu que ofertaria um produto com potência de entrada admissível de 36 kW, mas ofereceu outro com três vezes menos, apenas 10 kW. Além disso, posteriormente, ofertou outro produto totalmente diferente, PATCH, em vez de Alavanca, conforme solicitado pelo edital. Então vemos que se o pregoeiro aceitasse outro produto que não aquele apresentado estaria ele permitindo a alteração na Substancia na Proposta o que é vedado pela decisão do Acórdão do TCU 1211/21 bem como pela vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021.) Vemos então que não tem fundamentação jurídica a alegação da RECORRENTE de que a mesma foi indevidamente inabilitada, pois foram alteradas as características Técnicas do Produto, portanto indicando clara a Mudança da Substancia da Proposta, pois o outro produto tem outras Características Técnicas diferentes do produto original apresentado”, grifou-se. O recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade. Passa-se à análise do mérito, baseada no Edital, na legislação vigente e nos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU). Inicialmente, cabe contextualização da situação ocorrida em relação ao procedimento de julgamento da proposta da Recorrente no Pregão



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2023
(Processo nº 00200.000614/2022-59)

Eletrônico nº 098/2023. No dia 24/11/2023, a Recorrente apresentou proposta para o Grupo 1. Após análise da SECOM, e diligência feita por aquela Secretaria, a fim de comprovar junto ao *site* da fabricante do produto os dados constantes do folder apresentado pela empresa (documento “*Folder-Chave-Mectronica-23038.pdf*”), o órgão técnico opinou pela recusa da proposta, uma vez que exigência explícita para o item 7, nas especificações técnicas constantes do Anexo 2 do edital do certame, fora claramente descumprida. Aquele órgão técnico, em seu parecer, ainda afirmou: “*O folder enviado pela licitante é o mesmo apresentado no site do fabricante*”. Entretanto, inconformada com sua desclassificação, a Recorrente, no dia 28/11/2023, enviou *email* à pregoeira informando que “*produtos de alta potência como é o caso, não são colocados na divulgação comum das empresas de RF, até porque muitas vezes o equipamento é projetado conforme a demanda do sistema e cliente, portanto, quando se faz esse tipo de consulta temos uma divulgação de produtos com as potências mais usuais que vão até 10KW de potência, e se projeta em caso específicos. Além disso, não foi possível ser visto no site do fabricante porque ele estava em manutenção, tirando catálogos antigos e colocando novos, causando falta ou desinformação do produto.*

O fabricante se manifestou a pouco [o documento comprobatório fora enviado pela empresa e disponibilizado em <https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/55302/detalhamento/59705>], *assumindo a desinformação e declarou que atende a exigência do edital enviando o catálogo atualizado e não mais genérico como o anterior.*

(...) *Outro detalhe importante é que a nossa proposta comercial é clara, vamos entregar uma chave que atenda no mínimo 36KW, em nenhum momento na proposta diz que será de 10KW, apenas foi enviado um folder genérico dando as condições básicas do produto que agora tiramos essa dúvida via fabricante esmiuçando com detalhes a chave comutadora*”. Anexo a tal manifestação, a empresa enviou novo *folder* da Mectrônica (fabricante), constando descritivo do produto “*CHAVE COAXIAL TIPO PATCH*”. Note-se que foram alegados pela licitante dois aspectos relevantes para que a pregoeira aceitasse a análise do novo *folder* apresentado: 1) a afirmação da licitante de que o *folder* da fabricante estaria desatualizado (juntamente com declaração da própria fabricante corroborando a informação) e, 2) que constava na proposta inicial da Recorrente a especificação correta do equipamento a ser adquirido, isto é, havia especificação constando que o produto a ser entregue para o item 7 teria “*Potência de entrada admissível: 36 kW*”, dessa forma, apenas havia uma falha no catálogo apresentado, documento, este, assumidamente desatualizado, conforme informação ratificada pela fabricante Mectrônica. Ressalte-se que a Nova Lei de Licitações, em seu art. 64, inciso I, permite a substituição ou a apresentação de novos documentos para **complementação de informações acerca dos documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame. Portanto, ao contrário do que afirma a Recorrida em sede de contrarrazões, a pregoeira não permitiu “*a inclusão*



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2023
(Processo nº 00200.000614/2022-59)

de documento novo”, mas garantiu à Recorrente o direito de sanar a documentação apresentada, apresentando *folder* com **informações atualizadas**. Convém trazer julgados do Tribunal de Contas da União pertinentes a este tema: “*Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências*”. Acórdão 2302/2012-Plenário. “*É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público*”. Acórdão 2239/2018-Plenário. “*É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios*”. Acórdão 1217/2023-Plenário. Ressalta-se, ainda, o teor dos itens 10.2.1 e 10.2.2 do edital: “*O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta*”, **grifou-se**, e “*Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis*, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021”, **grifou-se**. Portanto, não assiste razão a Recorrida ao afirmar que a conduta da pregoeira “*contraria a legislação de licitações, proibindo a inclusão de novo documento*” ou que a pregoeira “*tardamente*” desclassificou a Recorrente. A desclassificação da Recorrente ocorreu em momento correto, a ser relatado a seguir, e a oportunidade de diligenciar a documentação apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar, até então, foi alinhada ao que dispõe a Lei nº 14.133/2021, os acórdãos do TCU, o instrumento convocatório e, também, aos princípios da legalidade, razoabilidade, formalismo moderado, supremacia do interesse público e economicidade. Retornando agora às razões recursais, ao afirmar que a pregoeira desclassificou proposta que estaria de acordo com as especificações técnicas, o Recorrente não observou os motivos registrados pela pregoeira no chat do certame ao proceder a desclassificação, lastreados em informação técnica emitida pela SECOM, e detalhadamente disponibilizada aos licitantes em mensagens enviadas de 9h58 às 10h03 do dia 29/11/2023. Portanto, mesmo após oportunizada a diligenciar falhas em sua documentação, já agora sabendo da alegada desatualização do *folder* junto à fabricante, a Recorrente ofertou, nesta oportunidade, novo catálogo, porém, com especificação que contrariava especificação técnica exigida no instrumento convocatório. Durante a condução do certame a empresa não se manifestou contrária à recente desclassificação (em segunda oportunidade), como feito anteriormente, alegando motivos fáticos para necessidade de envio de novo catálogo, tampouco comprovou, em sede recursal,



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2023
(Processo nº 00200.000614/2022-59)

motivo razoável para envio de novo catálogo técnico. Ao contrário disso, a Recorrente apresenta, agora, em fase recursal, um **terceiro catálogo**, numa clara tentativa de “*acerto x erro*” das especificações técnicas, alterando, inclusive, a fabricante do produto ofertado, motivando que a fabricante anterior descontinuou o tipo de sistema ofertado - caindo por terra, assim, seu argumento inicial de que o *folder* da fabricante Mectrônica estaria defasado e, por isso, merecia nova oportunidade de sanar os erros de sua proposta. Entende-se, dessa forma, que, caso a pregoeira aceitasse ilimitadas trocas de catálogos, restariam prejudicados os princípios da isonomia, ampla concorrência, segurança jurídica, eficiência e celeridade, bem como seria prejudicada, também, a expectativa de direito da licitante declarada vencedora. Ressalte-se que a licitação é um procedimento formal e deve seguir seus ritos e fases, sem tumultos. Frise-se, por fim, o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2023: “*No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo*”. No caso concreto, ao ofertar um terceiro produto para o item 7, na fase recursal, não está a Recorrente desatendendo a uma mera exigência formal, mas alterando a compreensão do conteúdo de sua proposta, devendo, portanto, ser mantida sua desclassificação no certame. A nova legislação de licitações e contratos enfatiza a necessidade de diligências e de saneamento das propostas para propiciar a seleção da oferta mais vantajosa, porém a própria lei, a partir dos princípios insculpidos no art. 5º e demais dispositivos já citados, bem como o instrumento convocatório, impõem limites às oportunidades de correção. Se a última proposta apresentada durante o certame, já corrigida uma vez mediante a apresentação de novo catálogo, não atendia objetivamente às especificações técnicas mínimas exigidas, não havia outra alternativa que não a sua desclassificação. Considerando que as razões apresentadas pela Recorrente foram refutadas, e considerando o posicionamento do órgão técnico (SECOM) durante a condução do certame, **MANTÊM-SE os fundamentos da decisão da Pregoeira, que desclassificou a proposta da empresa LUMICOM COMERCIAL EIRELI no âmbito do Pregão Eletrônico nº 098/2023.** Nada mais havendo a tratar, eu, Paula Parente Cantuária Ramos, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes.